

**TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**  
**Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica**  
**NUP nº 22001.076564/2026-93**

**UNIDADE CONTRATANTE: EEMTI MARIA DAUREA LOPES**

**1. OBJETO:**

1.1. Escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de **MATERIAL DE CONSUMO - MATERIAL LABORATORIAL**, destinado a atender as necessidades da **EEMTI MARIA DAUREA LOPES**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA:**

A presente aquisição MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL LABORATORIAL visa suprir a necessidade de reposição dos estoques, assim mantendo a eficiência das aulas práticas laboratoriais, garantindo o sucesso das aulas, assim atendendo às necessidades da **EEMTI MARIA DAUREA LOPES**. Desse modo, se faz necessário adquirir o bem ou serviço citado com Aporte de Recursos Financeiros da Portaria 01/2026 de Manutenção.

2.2 Este objeto será realizado através de licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento INTEGRAL, com fulcro no Art.75, II, da Lei Federal 14.133/21.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES:**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	VALOR ESTIMADO R\$
1	123528 - LAMINAS PARA MICROSCOPIA, LAPIDADAS, PONTA FOSCA, LARGURA 25 - 30 MM, COMPRIMENTO 76 - 77 MM, CAIXA 50.0 UNIDADE	6,00	20,00
2	801486 - LUPA, CABO, ARO PLASTICO, LENTE VIDRO, DIAMETRO +/- 75 MM, UNIDADE 1.0 UNIDADE	3,00	20,00
3	887484 - ESTILETE, PROFISSIONAL Nº 6, LAMINA ACO TEMPERADO, TRAVA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	20,00	5,00
4	430969 - PAPEL DE FILTRO, INDICADOR UNIVERSAL DE PH 0-14, CAIXA 100 TIRAS, CAIXA 1.0 UNIDADE	2,00	45,00

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anilda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**  
E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br

5	1106044 - KIT PARA PRIMEIROS SOCORROS, CAIXA POLIPROPILENO, 01 TESOURA CIRURGICA FINA CURVA 15 CM, 01 PINÇA ANATOMICA 12 CM, 01 TERMOMETRO CLINICO, 10 GAZE ESTERILIZADA EMBALADA INDIVIDUALMENTE, 01 ROLO DE ESPARADRAPO IMPERMEAVEL, AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	5,00	100,00
6	689187 - OBJETOS PARA LABORATORIO, LAMINULAS, MICROSCOPIA, 24 X 24 ESPESSURA VARIANDO 0,13 A 0,16 MM, CAIXA 100.0 UNIDADES	2,00	15,00
7	585230 - LUVA, PARA PROCEDIMENTO, ANTI-ALERGICA, LATEX, NATURAL, ANTIDERRAPANTE, NAO ESTERIL, AMBIDESTRA, DESCARTAVEL, GRANDE, CAIXA 100.0 UNIDADE - Obs: 1 Caixa P, 1 Caixa M, 1 Caixa G	3,00	30,00
8	52710 - OCULOS DE PROTECAO, TRANSPARENTE, USO LABORATORIAL, UNIDADE 1.0 UNIDADE	40,00	8,00
9	7681410 - MASCARA, DESCARTAVEL TRIPLA COM ELASTICO, CLIPE NASAL, COR BRANCA, TAMANHO UNICO, GRAMATURA MINIMA 20 G, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO EM ORGAO COMPETENTE, LEGISLACAO VIGENTE NBR 15052/21, EMBALAGEM 50.0 UNIDADES	10,00	11,00
10	509615 - CONJUNTO DE VIDRARIA, PARA TRABALHO PRATICO EXPERIMENTAL, COMPOSTO POR: 01 BALAO VOLUMETRICOS COM ROLHA DE POLIETILENO DE 100 ML; 02 BALOES COMUNS DE 250 ML; 12 BEQUERES 150 ML; 4 BURETAS 10 ML; LUZ AFUNILADA; 1 CAPSULA PORCELANA DIAMETRO 80-100 MM, 2 FRASCOS BOCA LARGA TAMPA PLASTICA 150-350 ML; 8 ERLLENMEYERS 125 ML; 6 FUNIS HASTE CURTA DIAMETRO 50-70 MM; 01 GRAAL COM SOQUETE DIAMETRO 60-90 MM; 08 BASTOES DIAMETRO 6-8MM, COMPRIMENTO 20-25 CM, 6 PIPETAS GRADUADAS 5 ML; 02 PIPETAS GRADUADAS 1 ML; PROVETAS GRADUADAS BASE PLASTICA 50 ML; 08 VIDROS DE RELOGIO DIAMETRO DE 75-85 MM, 4 TUBOS COM SAIDA LATERAL DIAMETRO 13 MM, COMPRIMENTO 100 MM; 80 TUBOS DE ENSAIO DIAMETRO 15 MM, COMPRIMENTO 160 MM; 4 TUBOS DE ENSAIO EM "U" DIAMETRO MINIMO 10 MM, ALTURA MINIMA 100 MM, 10 VARETAS DIAMETRO 6-8 MM, COMPRIMENTO 200 MM, UNIDADE 1.0 UNIDADE	3,00	500,00

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anailda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br

Documento assinado eletronicamente por: MOESIO PEREIRA DE MEDEIROS em 28/05/2026, às 14:45 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código FC29-BD12-FE50-092A.

3.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

3.3 – Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

3.4. O estudo da pesquisa de preço é realizada com fundamento no Art. 29, do Decreto Estadual Nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, por meio do Mapa de Preço que compõe o Sistema Licitaweb do Portal de Compras da SEPLAG – Secretária do Planejamento e Gestão.

3.5 As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

#### **4. Dotação Orçamentária:**

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária da Secretaria da Educação:

##### **4.1.1 Funcional Programática:**

**22100022.12.362.144.20976.02.339030.50000.0 - 31003**

#### **5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 2.920,00 (Dois Mil Novecentos e Vinte Reais)**

#### **6. MODALIDADE DE LICITAÇÃO/FUNDAMENTAL LEGAL:**

6.1 – Dispensa de Licitação: **Cotação Eletrônica.**

##### **6.2- Amparo Legal:**

6.2.1 Art 75, Inciso II, Lei Nº 14.133, de 21 de abril 2021;

6.2.2 Lei Complementar 123 e suas alterações;

6.2.3 Lei Complementar Nº 288, de 20 de julho de 2022;

6.2.4 Decreto Estadual Nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto Estadual Nº 35.474, de 26 de maio de 2023.

#### **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

7.1.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e comunicado, por mensagem eletrônica, aos fornecedores registrados no sistema Cadastro de Fornecedor do Estado, no correspondente ramo de atividade que se pretende contratar;

7.1.2 No Termo de Participação deverá constar a identificação do Promotor da Cotação Eletrônica, a especificação do objeto da contratação, as quantidades requeridas, as condições de contratação o

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anilda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br

regime de execução, o endereço para acesso ao procedimento eletrônico, as datas, horários e prazos para realização das etapas do procedimento, as condições de participação, o prazo e o local de entrega, as regras, os prazos e condições de pagamento;

7.1.3 O fornecedor interessado em participar da cotação eletrônica deverá estar previamente inscrito no Cadastro de Fornecedores do Estado e acessar o sistema mediante identificação do usuário e da respectiva senha privativa do representante de cadastro;

7.1.4 Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração serão os de menor preço conforme dispuser o Termo de Participação;

7.1.5 O fornecedor deverá enviar suas propostas de preço, utilizando, para tanto, exclusivamente o sistema eletrônico, em período previsto no Termo de Participação, sendo considerada inválida a proposta apresentada por quaisquer outros meios estranhos a este;

7.1.6 Durante o período de recebimento das propostas, o menor preço ofertado estará sempre disponível para conhecimento público em tempo real, vedada a identificação do fornecedor;

7.1.7 A proposta de preço com validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada pelos fornecedores em moeda corrente nacional, com a unidade de fornecimento solicitada em cada item, de apenas uma marca, no caso de bem ou material;

7.1.8 O fornecedor poderá oferecer lances públicos e sucessivos, desde que de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, **vedada a exclusão ou retirada da proposta nas últimas 6 (seis) horas da etapa de recebimento das propostas;**

7.1.9 Se houver lances iguais ao menor preços ofertados ao final da etapa de recebimento de propostas, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;

**7.1.10 Encerrada a etapa de recebimento de propostas, o Promotor da Cotação Eletrônica realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, identificando-a como arrematante, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação;**

7.1.11 Quando a proposta classificada em primeiro lugar permanecer acima do valor estimado para a contratação, o Promotor da Cotação Eletrônica promoverá negociação com o fornecedor arrematante, exclusivamente por meio do sistema, para obtenção de proposta mais vantajosa, estabelecendo prazo para resposta em campo próprio;

7.1.12 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, se o arrematante recusar ou não responder a contraproposta do Promotor da Cotação Eletrônica;

7.1.13 Antes de declarar a proposta vencedora, o Promotor da Cotação Eletrônica poderá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta comercial adequada ao último lance ofertado pelo arrematante e, se necessário, dos documentos complementares, incluindo especificações técnicas e instruções sobre o bem;

7.1.14 No caso do Promotor da Cotação Eletrônica exigir apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada por meio eletrônico com os respectivos valores adequados à proposta melhor classificada;

7.1.15 As contratações por meio da cotação eletrônica serão feitas preferencialmente de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas atualizações ou outro instrumento legal que venha substituí-la;

7.1.16 Somente serão aceitas propostas de fornecedores cujas atividades econômicas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado sejam compatíveis com o objeto da contratação;

**7.1.17 É vedada a participação na cotação eletrônica de empresas inidôneas ou impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública.**

## 7.1. Recebimento do Objeto:

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anilda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br

7.1.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta.

7.1.2. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo será considerado efetivado após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüentemente aceitação do gestor do contrato no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, juntamente com a documentação de regularização fiscal, trabalhista e social.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, mediante aceite da unidade gestora quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 7.2. Liquidação das Despesas:

7.2.1 Para fins de liquidação, a **EEMTI MARIA DAUREA LOPES** deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou instrumento equivalente e da Unidade Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anilda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br

e) o valor a pagar.

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.1.1 Serão necessários os seguintes documentos para liquidação da despesas:

a) Ofício da contratada, solicitando pagamento da despesa executada;

b) Cadastro de Fornecedores do Estado – CRC regularizado no ato da liquidação;

c) Certidões de regularidade válidas previdenciária, trabalhista e social;

d) Comprovante que a contratada é optante pelo Simples Nacional;

*Comentário: O tópico 7.2.1.1, alínea “d” deverá ser apresentado nos casos em que a contratada é optante ao Simples Nacional.*

*Comentário: No ato da liquidação, o CRC poderá substituir todas as certidões, desde que todas estejam válidas. No caso de alguma certidão com data vencida/irregular o CRC não poderá ser aceito.*

7.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e social, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3.1 A situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização fiscal, trabalhista e social. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

### 7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa.

### 7.4. Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no **Banco Bradesco S/A**, conforme Lei nº 15.241/2012.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anailda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br





11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, mediante aceite da unidade gestora quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

### Liquidação das Despesas:

12.2.1 Para fins de liquidação, a EEMTI MARIA DAUREA LOPES deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou instrumento equivalente e da Unidade Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar.
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.1.1 Serão necessários os seguintes documentos para liquidação da despesa:

- a) Ofício da contratada, solicitando pagamento da despesa executada;
- b) Cadastro de Fornecedores do Estado – CRC regularizado no ato da liquidação;
- c) Certidões de regularidade válidas previdenciária, trabalhista e social;
- d) Comprovante que a contratada é optante pelo Simples Nacional;

12.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização na situação, sem ônus ao contratante;

12.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e social, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3.1 A situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização fiscal, trabalhista e social. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

### 13. Prazo de pagamento:

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa.

### 13.2. Forma de pagamento:

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anilda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br

13.2.1 O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no **Banco Bradesco S/A**, conforme Lei nº 15.241/2012.

13.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### **14. Antecipação de pagamento:**

14.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

15.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

15.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

15.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

15.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

15.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

15.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

15.9. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

16.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

16.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**

**Rua Professora Ana Anilda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**

**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

**E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br**

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

16.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

16.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.1.11. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

16.1.12. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

16.1.13. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

## 17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução do objeto será fiscalizada por agente designado pelo núcleo gestor da CREDE, SEFOR ou ESCOLA, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 43 a 52 do Decreto Estadual 35.322 de 28 de fevereiro de 2023 e suas alterações.

## 18. PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1 O prazo de execução do objeto é de 10 (DEZ) dias, contado a partir do recebimento da nota de empenho e da ordem de compra.

## 19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no § 5º, do art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

19.1.1. Em se tratando da sanção de impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública existe previsão expressa de que a instauração de processo de responsabilização será por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, devendo o gestor formalizar tal requerimento à Comissão, em conformidade com o previsto no Art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, e Art. 45, inciso X, do Decreto Estadual nº 35.322/23, e suas alterações.

19.2 O fornecedor que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do fornecimento estará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo do eventual cancelamento da Ordem de Compra ou de Serviço ou da Nota de Empenho.

**EEMTI MARIA DAUREA LOPES**  
**Rua Professora Ana Anailda de Oliveira, S/N, Distrito José de Alencar-Iguatu/CE**  
**Telefone: (88) 3585-2069 CNPJ: 07.954.514/0799-88**

E-mail: eemtidaurealopes@escola.ce.gov.br

